

A Colegiada de Guimarães e a Exposição de Arte Ornamental de 1882

Maria José Queirós Meireles

Técnica Superior do Museu de Alberto Sampaio



Fig. 1 - Insigne e Real Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira. Séc. XIX, final.

Na segunda metade do século XIX registou-se na Europa um desenvolvimento cultural e científico, que conduziu à realização de inúmeros eventos de índole cultural. Em consequência desse crescimento, houve uma disseminação de exposições de belas artes, científicas, industriais e comerciais, e de congressos e palestras pedagógicas.

Em Inglaterra eram já numerosas as mostras sobre os mais variados temas, sendo de realçar a espectacularidade e o sucesso obtido pela primeira Exposição Universal, que se realizou em Londres, em 1851. Paralelamente, desde meados do século XIX que se assistia a um enorme progresso técnico e à exaltação da máquina como símbolo da conquista técnica novecentista. A situação originou o aparecimento de uma nova mentalidade, que se debatia simultaneamente entre duas opções: uma forte ânsia de inovação e a defesa das artes tradicionais como herança de um passado que se devia preservar.

Este pensamento conduziu a sociedade da época ao desenvolvimento de um forte revivalismo. Havia, de uma forma latente, uma comparação dissimulada entre a qualidade do produto antigo de índole artesanal, resultante da habilidade manual, e o moderno, de execução industrial, originando-se assim um debate constante contra a desumanidade da máquina. Isto resultou numa valorização cada vez maior das artes decorativas e levou à organização da «Special Loan Exhibition of Spanish and Portuguese Ornamental Art», patrocinada pelo Príncipe Alberto e organizada por John Charles Robinson, que foi também o editor do catálogo. A mostra foi inaugurada em 18 de Janeiro de 1881, no South Kensington Museum, de Londres (FERREIRA, 2007: 49). Procurava-se divulgar a Arte da Península Ibérica, ainda muito pouco conhecida e estudada.

Portugal foi convidado para estar presente e por isso iniciou um processo de avaliação e selecção de objectos de arte ornamental dispersos por várias instituições do país, muitos dos quais provenientes de extintos conventos e mosteiros encerrados por força da lei de 1834. Com o objectivo de procurar e observar essas peças, para a posterior recolha e inventariação, foi organizada uma comissão que reuniu as seguintes individualidades: Delfim Deodato Guedes (Presidente), Arquitecto António Tomás da Fonseca, Professor de Belas Artes, Inácio Vilhena Barbosa, jornalista e investigador, Augusto Carlos Teixeira de Aragão, numismata e médico, Arquitecto José Luís Monteiro, professor de Belas Artes, Francisco Marques de Sousa Viterbo, médico, e como secretário, o Dr. Augusto Filipe Simões, também médico. Estas personalidades realizaram uma pesquisa para localizar as peças que consideravam dignas de representar condignamente a arte portuguesa em Londres (doc. 197, 4-7-1881; FRANÇA, 1981: II, 72). As dificuldades foram muitas e a tarefa foi árdua, mas a «tenacidade» do Presidente, Delfim Guedes, conduziu ao êxito desta espinhosa missão (FRANÇA, 1981: II, 72).



Fig. 2 - Cruz processional. Séc. XV, meados. MAS.
(Imagem actual)

É especialmente interessante o caso da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, em Guimarães, que foi igualmente contactada pelo Governo para participar, mas a cedência de diversas peças do seu Tesouro não foi uma tarefa fácil. A Colegiada encontrava-se ainda fragilizada pelos constantes ataques que se tinham realizado às instituições religiosas, tendo conseguido sobreviver com dificuldade à extinção das colegiadas em 1848 e 1869 (COSTA, 1979: II, 99-100; RODRIGUES, 2000: 402). Por isso, no início da década de 80, havia ainda um certo ressentimento em relação ao Estado. Havia menos de vinte anos, que tinham sido retirados compulsivamente do seu arquivo 4203 documentos dos mais antigos (cujos limites cronológicos se situavam entre os séculos X e XIV). Esta notável documentação, que tinha sido produzida pela própria Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira ao longo de quase quatrocentos anos e cuidadosamente guardada no seu Arquivo pelos cônegos, foi obrigatoriamente transferida para o Arquivo da Torre do Tombo, em Lisboa. Alexandre Herculano foi o investigador responsável pela selecção, feita alguns anos antes, tendo em vista preparar e organizar a publicação da *Portugaliae Monumenta Historica*. Após ter efectuado contactos com o Arcebispo Primaz de Braga e com o Dom Prior da Colegiada, Herculano deslocou-se a Guimarães, em Agosto de 1854, a fim de tratar da transferência da documentação para Lisboa. Mas perante a forte oposição do Cabido, a mudança não se concretizou nessa altura. Alguns anos mais tarde, em 1858, Augusto Soromenho foi nomeado pela Real Academia das

Ciências para concretizar esta difícil tarefa. Voltou-se a pressionar a Colegiada, mas foi apenas após a publicação do decreto de 2 de Outubro de 1862, que os cônegos foram obrigados a uma entrega forçada, concretizada no ano seguinte (OLIVEIRA, 1963: 1-26). A Colegiada sofreu um grande desaire, intensificando-se um certo declínio que culminou com a sua extinção em 1911, após a promulgação da Lei da Separação da Igreja do Estado (OLIVEIRA, 1978: 119-120; RODRIGUES, 2000: 399-402).

Por isso, em 1880 registava-se ainda uma forte desconfiança – por parte da Colegiada e pelos próprios vimaranenses –, em relação à comissão encarregada pelo Estado de organizar a exposição, que procurava concentrar em Lisboa o melhor espólio das instituições religiosas extintas (SANTOS, 2005: 11; FRANÇA, 1981: 72). Esta melindrosa tarefa exigia um relacionamento muito cauteloso, obrigando Vilhena Barbosa a usar de grande prudência e de uma subtil delicadeza.

Foi em 3 de Maio de 1881, através de uma carta do Arcebispo Primaz de Braga, Dom João Crisóstomo de Amorim Pessoa (1810-1888), que os cônegos da Colegiada receberam a triste notícia que deveriam abrir e mostrar o seu Tesouro a pessoas de fora da sua comunidade. Nessa missiva, Dom João Crisóstomo, que havia sido anteriormente professor de Ciências Eclesiásticas em Coimbra e posteriormente Arcebispo de Goa, ordenava ao Cabido que deixasse examinar o seu Tesouro pela pessoa que lhes mostrasse uma credencial assinada por si próprio, e que lhes entregasse as alfaias que fossem escolhidas para o efeito pretendido, mediante a assinatura de um recibo comprovativo da sua entrega (doc. 188, 3-5-1881). Em anexo seguia a cópia do documento publicado pela 2ª Repartição da Direcção Geral dos Negócios Eclesiásticos, da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça. Esta tinha sido passada no Palácio da Ajuda, em 19 de Abril de 1881, e referia que os membros da comissão nomeada pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, para organizar a representação de Portugal na Exposição de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola a realizar em Londres a partir de Maio, deveriam ser autorizados a enviar à Academia Real das Belas Artes de Lisboa os objectos seleccionados nos tesouros das sés e nos conventos das religiosas, a fim de serem despachados para a exposição ou reproduzidos através de fotografia ou galvanoplastia. Nessa Portaria o rei D. Luís mandava dar conhecimento ao Arcebispo Primaz de Braga, para que este pudesse tomar as providências necessárias ao sucesso da empresa. O documento era assinado por António José de Barros e Sá, Ministro da Justiça do gabinete de Rodrigues Sampaio.



Fig.3 - Custódia. 1534. MAS.
(Imagem actual)

Alguns dias mais tarde, em 7 de Maio de 1881, o Presidente do Cabido da Colegiada de Guimarães e último Tesoureiro-mor da Colegiada, cônego José Leite Pereira da Costa Bernardes, escrevia ao Arcebispo Primaz acusando a recepção da Portaria e informando que, embora a Colegiada não fosse mencionada no documento, tudo faria para cumprir a ordem arcebispal (doc. 189, 7-5-1881).

Um mês mais tarde, em 6 de Junho de 1881, o Presidente do Cabido recebeu uma carta de Inácio Vilhena Barbosa, informando-o que tinha tentado fazer os seguros em várias companhias e todas se recusaram categoricamente fazê-lo por um valor superior ao intrínseco. Por isso, a comissão organizadora resolveu não enviar as referidas peças para Londres, para não as expôr aos perigos do mar, principalmente devido à possibilidade de sofrerem com fortes intempéries, pois o regresso seria efectuado já em pleno Outono, e ainda por serem peças de grande qualidade artística e histórica. Referia na sua missiva, que tinham sido enviadas mais de 180 peças outrora pertencentes aos conventos religiosos extintos, localizados na sua maioria em Lisboa e Alentejo, muitas das quais pertenciam ao Museu da Academia Real das Belas Artes de Lisboa.

Mencionava que não deixaria sair as peças recolhidas em Guimarães, Porto e Braga, para que não corressem o perigo de se perder, apenas seguras no valor intrínseco e pedia o parecer do Cabido da Colegiada. Concluía dizendo que as peças da Colegiada iriam estar presentes na exposição a realizar em Lisboa, no próximo Outono, nas salas do Museu das Belas Artes, e que se encontravam agora depositadas com todas as condições de segurança, em armários de vidraças e numa casa forte à prova de fogo (doc. 190, 6-6-1881). De referir que uma carta idêntica foi enviada à Sé de Braga, que por sua vez a remeteu à Colegiada (doc. 192, 27-6-1881).

A Colegiada ficou deslumbrada com a decisão de Lisboa não enviar as peças por mar, para Londres, tendo o cônego José Leite Pereira da Costa Bernardes, Tesoureiro-mor da Colegiada e Presidente do Cabido, em 10 de Junho, agradecido reconhecido o procedimento que «revela zelo e inteligência» (Doc. 191, 10-6-1881).

Entretanto o Arcebispo Primaz voltou a comunicar informando sobre o extremo cuidado que Inácio Vilhena Barbosa revelava com a segurança das peças, e anexava uma Portaria da Direcção Geral dos Negócios Eclesiásticos, assinada por Antonio José de Barros Sá. Solicitava que a Colegiada lhe enviasse uma relação das peças a ceder temporariamente, para que pudesse dar cumprimento à referida portaria (Doc. 192, 27-6-1881) e simultaneamente informava que pretendia enviar também a relação das peças da Diocese que foram entregues, a fim de se organizar em Lisboa a representação de Portugal na exposição de Londres (Doc. 193, 27-6-1881).



Fig. 4 - Cofre. Séc. XV, 1ª metade. MAS.
(Imagem actual)

Alguns dias mais tarde, uma carta do Presidente do Cabido, Cónego José Leite Bernardes, dirigida ao Arcebispo Primaz, acusava a recepção da mensagem de Dom João Crisóstomo, de dia 27, e da respectiva Portaria do Governo. Informava que o Cabido tinha exigido ao encarregado a passagem de um recibo comprovativo dos objectos levantados, referenciando as principais características de cada uma das peças, o que Vilhena Barbosa tinha satisfeito plenamente (Doc. 196, 30-6-1881). Segundo referia a minuta, as peças seleccionadas foram dois cálices, uma custódia e uma cruz processional, declarando que foram entregues a Vilhena Barbosa, tendo este passado o respectivo recibo (doc. 195, sem data).

Em 4 de Julho de 1881, o Presidente do Cabido da Colegiada de Guimarães recebeu uma carta circular impressa, expedida pela comissão encarregada de organizar a representação de Portugal à Exposição de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola, que se realizaria no Museu Kensington de Londres. Esta agradecia a colaboração e informava que tanto as peças que foram para Londres, como as que não foram por questões de segurança – e que por isso se encontravam guardadas na casa forte da Academia Real de Belas Artes – , deveriam figurar na grande Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental, de acordo com o decreto de 22 de Junho de 1881, publicado no Diário do Governo de 25 desse mês. Esta iria efetuar-se em Lisboa, no Museu Nacional de Belas Artes, e ficaria patente ao público desde Novembro desse ano até aos fins de Janeiro de 1882. Assinavam o documento todos os membros da comissão (Doc. 197, 4-7-1881). De notar que o referido diploma determinava a apresentação pública de todos os produtos de arte ornamental considerados como produzidos em Portugal e Espanha, antes do século XIX (OCIDENTE, 21-8-1881:187).

Na volta do correio, o Presidente do Cabido agradecia ao Presidente da Comissão, Delfim Deodato Guedes, e reconhecia o zelo e a inteligência com que tinham sido tratadas as peças da Colegiada (Doc.198, 11-7-1881). Pouco tempo depois, o Arcebispo de Braga D. João Crisóstomo, reenviou ao Cabido a Portaria Régia em que se pedia autorização para visitar de novo o Tesouro da Sé Catedral e conventos da diocese, para que os representantes da comissão pudessem escolher e trazer para a Academia Real de Belas Artes outros exemplares, que na primeira visita não tinham sido considerados dignos de figurar na exposição de Londres. A missiva mostrava também a conveniência de se enviar à Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, a relação dos objectos que fossem sendo entregues (doc. 200, 21-7-1881; doc. 201, 26-7-1881).



Fig.5 - Cálice. 1510. MAS.
(Imagem actual)

O Presidente do Cabido acusou a recepção e agradeceu, referindo que os membros da comissão executiva que viriam seleccionar as peças de valor artístico e histórico destinadas a figurar na exposição de Lisboa, ainda não se tinham apresentado na Colegiada, mas que em tempo oportuno notificaria sobre o cumprimento das referidas portarias (doc.202, 3-8-2009).

Em 11 de Outubro, o Tesoureiro-mor e Presidente do Cabido participava ao Arcebispo Primaz, que um dos encarregados de recolher os objectos de arte ornamental tinha levado para Lisboa várias peças da Colegiada, e que estas estavam registadas em recibo (Doc.203, 11-10-1881).

Esta primeira Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola, de 1882, reuniu em Lisboa as melhores peças das colecções de arte decorativa de cada um dos dois países, tornando o edifício que as abrigou pequeno para acolher os milhares de objectos seleccionados (ROSAS; PEREIRA, 1991: 327-338). Refira-se que a «Revista Ocidente» comentava que Charles Émile Yriarte (1832-1898), jornalista e amador de arte francês, que visitou a exposição, alegava numa das suas cartas «nunca ter visto reunidas tantas e iguais maravilhas», e que a exposição era digna do país (OCIDENTE, 1-4-1882:75). E o mesmo defendia ainda que «é sobretudo na ourivesaria e no mobiliário que se afirma o génio nacional português» (ROSAS; PEREIRA, 1991: 334).

O espaço escolhido foi o Palácio dos Condes de Alvor (hoje Museu Nacional de Arte Antiga), que foi alugado em 1879, por um período de 30 anos, à família Pombal, para aí instalar um Museu Nacional. Para albergar a mostra condignamente, o edifício foi sujeito a obras de remodelação – que ultrapassaram os quarenta contos de réis (OCIDENTE, 11.2.1882: 34) –, e teve como grande novidade técnica a instalação da luz eléctrica com «lâmpadas de carvão, com focos de luz em arco voltaico» (BASTOS; SOUSA, 2008: 2), iluminada pela empresa Cohen & C^a (ROSAS; PEREIRA, 1991: 330).

A inauguração estava prevista para Novembro de 1881, mas devido ao atraso das obras, realizou-se algum tempo depois, em 12 de Janeiro de 1882. Foi solenemente inaugurada pelos reis portugueses D. Luís e D. Maria Pia e pelos reis espanhóis D. Afonso XII e D. Maria Cristina, que convidados especialmente para o evento, percorreram demoradamente as quinze salas da mostra. Estiveram ainda presentes o rei D. Fernando II, Presidente da Comissão Organizadora, os respectivos membros e a Comissão Executiva presidida por Defim Guedes (ROSAS; PEREIRA, 1882: 329; OCIDENTE, 21-1-1882: 22-23)



Fig.6a - Cruz processional. 1547. MAS.
(Imagem actual)

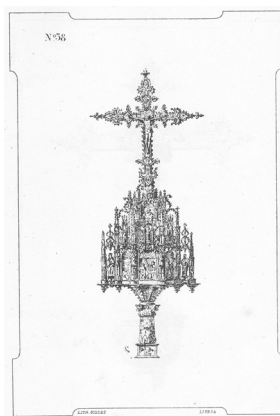


Fig.6b - Cruz processional. Ilustração do
Catálogo da Exposição de 1882.

A Exposição recebeu as mais variadas críticas. Por exemplo, o jornalista Brito Rebelo que fez a reportagem para a «Revista Ocidente», considerou que esta ideia foi um pouco prematura, devido à inexistência de estudos prévios, à inexperiência dos organizadores e a uma enorme falta de profissionais no assunto. Era sua opinião, que o projecto tinha sido gerido não por personalidades de referência, mas apenas por curiosos e interessados na arte, que não iriam conseguir implementar uma estrutura adequada (OCIDENTE, 21-8-1881: 187). Mas a exposição foi um êxito, tendo contado com mais de quinze mil visitantes logo nos primeiros quinze dias e cerca de cem mil no total, entre Janeiro e Maio de 1882 (PORFÍRIO, 2005:12; FRANÇA, 1981: II, 73). Houve mesmo a necessidade de suspender a venda de bilhetes para que as salas se fossem lentamente libertando e dessem acesso a novos visitantes (ROSAS; PEREIRA, 1991: 330).

Da exposição foi publicado o «Catálogo Ilustrado da Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola celebrada em Lisboa em 1882 sob a protecção de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Luís I e a presidência de Sua Majestade El-Rei o Senhor D. Fernando II», que constava de dois grossos volumes, sendo um de inventário com 350 páginas e outro ilustrado com o desenho litografado das 220 melhores peças apresentadas ao público. Foi editado em Lisboa, pela Imprensa Nacional, em 1882.

O catálogo referia ainda, que Portugal se tinha feito representar na exposição de Londres com objectos de arte ornamental reunidos pela comissão nomeada por portaria de 5 de Abril de 1881, mas que muitas das peças preciosas não foram expostas devido ao receio de se poderem extraviar ou deteriorar. Por isso era interessante apresentá-la ao país, porque o fundo principal da exposição já se encontrava constituído não só com os objectos enviados à exposição de Londres, mas também com outros reunidos pela comissão e depositados na Academia Real de Belas Artes. Para além disso, o governo espanhol tinha permitido que as colecções enviadas por Espanha à exposição de Londres viessem para a exposição portuguesa (CATÁLOGO, 1882: VII).

Foram apresentados ao público mais de quatro mil peças classificadas em dezoito classes:

1. Ourivesaria, metais preciosos e jóias (alfaias do culto, obras domésticas e adornos pessoais)
2. Obras de metais não preciosos (serralharia e bronzearia)
3. Escultura decorativa
4. Armas
5. Veículos, arreios, estribos, acicates, selas, coldres, telizes, xaíreis
6. Cerâmica, vidro e esmaltes
7. Mosaicos
8. Obras de tartaruga
9. Mobiliário
10. Relógios e instrumentos de precisão notáveis pela sua ornamentação artística
11. Instrumentos de música
12. Tecidos bordados (paramentos, tapetes, colchas, trajes, leques, bordados, rendas passamanarias)

13. Encadernações
14. Miniaturas
15. Revestimentos de salas
16. Couros estampados, pintados, dourados ou prateados
17. Manuscritos iluminados
18. Desenhos, modelos e fotografias de obras decorativas (CATÁLOGO, 1882: XIV)

Segundo os autores, não foi possível inventariar todas as peças por serem em grande número, e por isso tinham-se limitado a registar apenas as melhores.

A «Revista Ocidente» referia a profunda impressão que a exposição causou aos visitantes e realçou o enorme esforço que a Comissão Executiva despendeu para reunir tantas peças de qualidade em tão poucos meses. Mas registava também a dificuldade com que a comissão trabalhou: *«Aqui a relutância de um cabido, além as suspeitas de umas freiras, noutra parte a indiferença duma corporação, dum particular; e foi necessário vencer as recusas, desfazer as dúvidas, lenir os atritos, para ao cabo de tantos esforços nos apresentarem um conjunto, que pode ter lacunas, pode apresentar irregularidades, defeitos se quiserem, mas atesta muita vontade e dedicação, e honra o país e os homens que o empreenderam»* (OCIDENTE, 21-2-1882: 43).



Fig.7 - Cálice. 1187. MAS.
(Imagem actual)



Fig.8 - Patena. 1187. MAS.
(Imagem actual)

Para além do catálogo da exposição, também a «Revista Ocidente» descrevia minuciosamente algumas das peças da exposição, provenientes da cidade de Guimarães. Assim, mencionava que na sala M se encontrava a cruz da Colegiada de Guimarães, que se expunha num dos lados da sala, em correspondência com a cruz processional da Sé do Funchal (OCIDENTE, 1-6-1882: 147). A mesma publicação descrevia com pormenor o cálice de D. Sancho e D. Dulce, do século XII, pertencente à Confraria das Almas de Santa Marinha da Costa (cat. nº 29, p. 4) e a sua patena (cat. nº 30, p.4; OCIDENTE, 11-11-1883: 253-254); a cruz de S. Miguel (cat. nº 33, p. 4; OCIDENTE, 21-12-1883: 287); o cálice de prata dourada com imagens de santos, do século XVI (nº 38; cat. p. 5); o cofre forrado a folha de prata com ornatos rebatidos e dourados, representando folhagens e flores, do século XV (cat. nº 40, p. 5); a custódia de prata dourada (cat. nº 108, p. 14; fig. 70); o cálice e patena de S. Torcato (cat. nº 183, p. 23; OCIDENTE, 21-12-1883: 287); o tinteiro de prata do século XVI, pertencente à Câmara Municipal de Guimarães (nº 208; cat. p. 26); a cruz

processional em prata, do século XVI, oferecida por Gonçalo Anes à Colegiada (nº 238, cat.: p. 29; fig. 58) e o tríptico de prata dourada, de finais do século XIV (nº 240; cat. p. 29; fig. 117).



Fig.9 - Tinteiros. Séc. XVI. MAS.
(Imagem actual)

Na sala N estavam expostas várias peças pertencentes a pessoas e instituições particulares de Guimarães: uma fruteira circular de prata rebatida, decorada com motivos fitomórficos e a fuga para Egípto, do século XVII, propriedade do Sr. João de Castro Sampaio (cat. nº 356, p.42) e uma custódia de prata dourada, do século XVII, da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco (cat. nº 358, p. 42). Na sala D continuava a exposição de peças provenientes de Guimarães: uma salva de prata decorada com uma águia, do século XVII, do Conde de Vila Pouca (cat. nº 1, p. 321) e um jarro de prata decorado com festões de flores e contas, do séc. XVIII, também pertença do Conde de Vila Pouca (cat. nº 78, p.327). Finalmente na sala O estava exposta uma chaleira de prata com trempe e lâmpada do Sr. João de Castro Sampaio (cat. nº 531, p. 59). Esta exposição, pela diversidade e riqueza de peças, proporcionou o nascimento de uma nova consciência nacional sobre o património até então desconhecido. Tratou-se do arranque da pesquisa, estudo, inventariação e divulgação do património móvel nacional. Foi o primeiro inventário publicado em catálogo complementado pelo registo iconográfico de algumas das obras de arte apresentadas, sendo ilustrado através de gravuras e clichés de José Relvas (FERREIRA, 2007: 55).

Todas as peças da Colegiada que estiveram em Lisboa regressaram sãs e salvas, voltando a ser guardadas na sacristia da Colegiada, conforme nos descreve o viajante oitocentista José Augusto Vieira (VIEIRA, 1886: 598-599). Alguns anos mais tarde vieram a incorporar o Museu de Arqueologia Cristã organizado pelo próprio Cabido da Colegiada, criado em 22 de Dezembro de 1891, numa das salas da casa capitular (BELINO, 1900: 108; SANTOS, 2005: 9-10). Segundo o «Livro de Registo dos Visitantes ao Tesouro de Nossa Senhora da Oliveira», com abertura manuscrita por “Francisco Ferreira Empregado do Tesouro de Nossa Senhora da Oliveira”, tendo como limites cronológicos as datas de 17 de Julho de 1899 e 9 de Agosto de 1931 – excluindo os anos de 1913 a 1917 e o de 1919 em que não houve qualquer registo –, o Tesouro recebeu uma média de 214 visitantes por ano. O pico dos visitantes situou-se em 1900, ano em que recebeu 839 visitantes de todo o país e estrangeiro. Esse livro de registo foi assinado maioritariamente por pessoas de Lisboa, seguidas em número pelas do Porto, Guimarães, Braga e posteriormente de todo o país e estrangeiro.

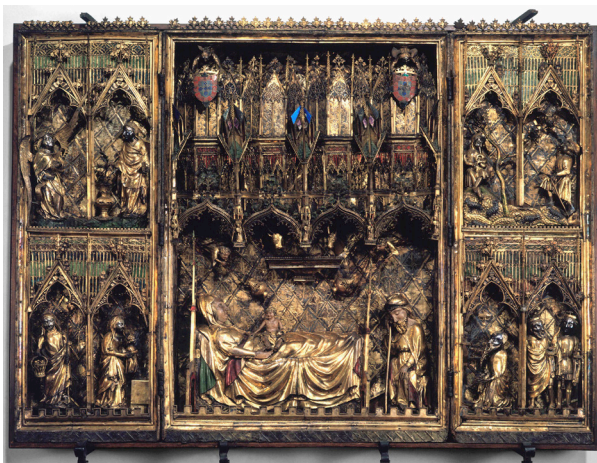


Fig.10 - Tríptico da Natividade. Séc. XIV, finais-séc. XV, inícios. MAS. (Imagem actual)



Fig.11 - Custódia. Séc. XVII. VOTSF. (Imagem actual)

Totais dos Visitantes ao Tesouro de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães

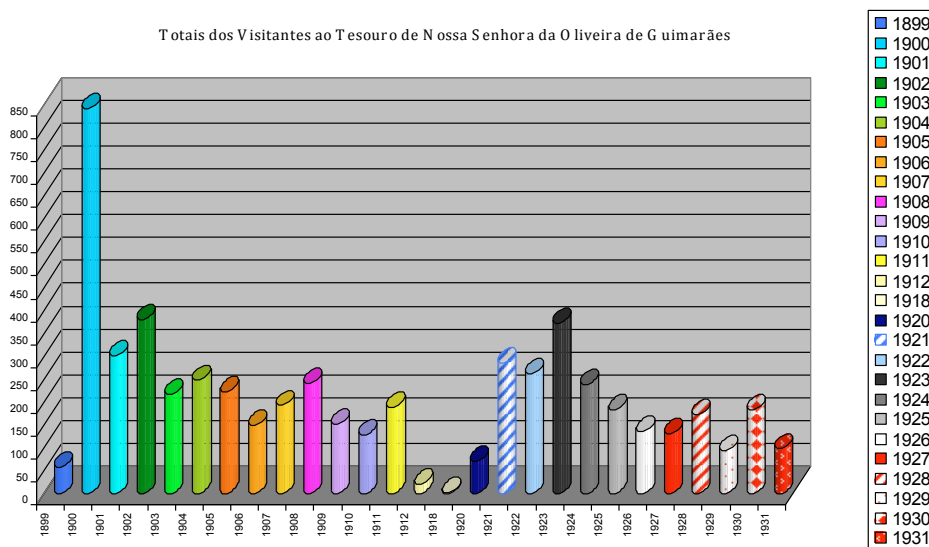


Fig.12 - Gráfico org. Patrícia Moscoso

Em 1911 as peças passaram para o Estado ao abrigo da Lei da Separação da Igreja do Estado, como já foi referido, mas continuaram a ser visitadas pelo público numa sala adequada da Casa do Cabido (decreto-lei nº 7623), até 1 de Agosto de 1931, data em que o Museu de Alberto Sampaio abriu ao público e onde ainda hoje se encontram. Algumas delas foram classificadas pelo decreto-lei Nº 19/2006 de 18 de Julho, como Bens de Interesse Nacional, pois são peças consideradas «insubstituíveis, no sentido em que a sua perda ou degradação constitua dano irreparável para o património cultural». As peças classificadas como Tesouro Nacional são: o

Tríptico da Natividade (inv. MAS O 52); a Cruz Processional (MAS O 43); o Cálice de D. Sancho e D. Dulce (MAS O 35, MAS O 40); o Cálice e Patena de S. Torcato (MAS O 38, MAS O 39); o Cofre (MAS O 42); a Custódia (MAS O 6); e o Cálice (MAS O 44). De notar que o tinteiro de prata oferecido pelos Duques de Bragança à Câmara de Guimarães foi depositado por essa instituição no Museu, onde actualmente se encontra, tal como todas as outras peças que foram salvaguardadas e que estão permanentemente expostas ao público.



Fig.12 - Cálice. Séc. XIV, finais. MAS.
(Imagem actual)



Fig.13 - Patena. Séc. XIII, finais. MAS.
(Imagem actual)

Siglas

IMC – Instituto dos Museus e da Conservação, IP

MAS – Museu de Alberto Sampaio.

VOTSF – Venerável Ordem Terceira de São Francisco, de Guimarães.

Créditos fotográficos

Lisboa, IMC/ Divisão de Documentação Fotográfica, fotógrafo José Pessoa: fotografia nº 2, 3, 4, 5, 6 a, 7, 8, 9, 12 e 13.

Guimarães, IMC/Museu de Alberto Sampaio, fotógrafo José Luís Braga – fotografia nº 1 e fotógrafo Miguel Sousa, fotografia nº 11.

Agradecimentos

Agradecemos ao Instituto dos Museus e da Conservação, à Divisão de Documentação Gráfica e ao Museu de Alberto Sampaio a cedência das imagens das peças museológicas. À Venerável Ordem Terceira de São Francisco de Guimarães agradecemos a disponibilidade.

DOCUMENTOS

Documento 188 (AMAP C-172)

1881 Maio 3, ORIGINAL

Tendo nós recebido do Governo de Sua Magestade a portaria, que por copia vae junta, havemos por bem ordenar que o Illustrissimo e Reverendissimo Cabido da Insigne e Real Collegiada de Guimarães deixe examinar o thesouro da mesma Insigne e Real Collegiada pela pessoa¹, que esta nossa portaria lhe apresentar, e lhe faça entrega mediante o competente recibo, das alfaias e outros objectos que o encarregado de os colligir tiver escolhido para o fim indicado na mesma regia portaria. Paço de Braga 3 de Maio de 1881.

(ASSINADO:) João Arcebispo Primaz

Copia

Secretaria d'Estado dos Negocios Eclesiásticos e de Justiça. Direcção Geral dos Negocios Eclesiasticos. Segunda Repartição.

Tendo exposto o Presidente da Commissão nomeada pelo Ministerio das Obras Publicas, Commercio e Industria para organizar a representação de Portugal na exposição de arte ornamental, que vae realizar-se em Londres no proximo mez de Maio que no intento de abreviar quanto possivel os seus trabalhos e de ter estes prompts a tempo de poderem ser devidamente catalogados convem que os membros d'aquella Commissão e as pessoas por ella delegadas, sejam auctorizadas a enviar desde logo à Academia Real das Bellas Artes de Lisboa os objectos que na occasião da sua visita aos thesouros das sés cathedraes e nos conventos de religiosas ali encontrarem com merecimento bastante para serem mandados à alludida exposição ou reproduzidos por meio da photographia ou da galvanoplastia para o mesmo fim, e sendo solicitado pelo sobredito Ministerio a expedição das ordens necessarias naquelle sentido. Manda sua Magestade El-Rei dar conhecimento do exposto ao Reverendo Arcebispo Primaz de Braga, para assim ficar habilitado a adoptar as providencias que julgar acertadas a tal respeito, de modo que às pessoas, que na conformidade da portaria de doze do corrente, forem visitar o thesouro da sé cathedral e os conventos existentes na diocese, possam ser entregues mediante as devidas cautelas, os objectos artisticos que ellas escolherem e considerarem dignos de figurar na alludida exposição. Paço, em dezanove de Abril de mil oitocentos oitenta e um. António Jose de Barros e Sá.

Está conforme. Paço de Braga, 3 de Maio de 1881.

João Fernandes Cruz

¹ A primeira letra da palavra está rasurada.

Documento 189 (AMAP C-172)**1881 Maio 5, MINUTA**

Copia

Excellentissimo e Reverendissimo Senhor

Accuso a recepção da portaria de Vossa Excellencia datada de 3 do corrente mez de Maio, no qual para satisfazer à portaria do governo, datada de 19 d´Abril, que remette por copia, ordena que o Cabido da Real e Insigne Collegiada de Nossa Senhora da Oliveira da cidade de Guimarães permita que o delegado da commissão nomeada para organizar a representação de Portugal na exposição de Londres examine o thesouro da dita Colegiada, e lhe entregue os objectos que elle designar para figurarem na dita exposição cobrando recibo, portarias que apresentei ao Reverendissimo Cabido a que tenho a honra de presidir e o Cabido com quanto julgasse que na letra da portaria do governo não está comprehendida a Collegiada respeitara cumprir a ordem de Vossa Excellencia, o que me cumpre participar-lhe.

Deus guarde a Vossa Excellencia. Guimarães em Cabido de 7 de Maio de 1881.

Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Arcebispo Primaz

O Presidente

Jose Leite Pereira da Costa Bernardes

Thezoureiro mor

Documento 190 (AMAP C-172)**1881 Jun. 6, ORIGINAL**

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Tentando a commissão, de que sou membro, de sigurar os objectos destinados à exposição de Londres, encontrei em todas as companhias de seguros recusa formal e categorica de segurar por valor superior ao intrinseco. Em taes circumstancias, entendeu a commissão, que não devia expor aos perigos do mar, sobretudo na volta, já em Outono adiantado, os objectos de grande valor estimativo, quer pelos primores estilisticos, quer pelas tradições historicas.

Quando cheguei a Lisboa, já tinha sido tomada esta resolução, e já achei encaixotados e promptos para partir, os productos d´arte, colligidos em Lisboa e no Alentejo, que a commissão julgou poder enviar para Londres, seguros apenas no valor intrinseco. Ainda assim passam de 180 os objectos expedidos, entre os quaes vão obras de ourivesaria de bastante belleza e primor artistico, pertencentes outrora aos extinctos conventos de religiosos, e que hoje fazem parte do

Muzeu da Academia Real das Bellas Artes de Lisboa.

Se a comissão não tivesse deliberado d'aquella maneira, eu não teria consentido, que fossem correr perigo de se perderem, apenas seguros no valor intrinseco, tantos objectos preciosos, que colligi n'esta cidade, no Porto e em Braga, de subido valor artistico, e de grande apreço historico. Parece-me que Vossa Excellencia e o Excellentissimo Cabido, assim como as outras corporações e pessoas particulares a quem pertencem esses objectos, não desaprovarão estas minhas edeas e a resolução tomada em observancia dos deveres, que nos impunha a salvaguarda dos valores, que nos foram confiados.

Portanto os objectos que pertencem á Excellentissima Collegiada de Guimarães, e que hão de figurar na esplendida e copiosa exposição, que se ha de realizar em Lisboa no proximo Outono, estão depositados em armarios de vidraças, na sala do museu a que acima me referi, que e uma casa forte, à prova de fogo, com todas as condições de segurança.

Peço a Vossa Excellencia o obsequio de dar conhecimento d'esta minha carta ao Excellentissimo Cabido.

Sou com muita consideração

De Vossa Excellencia muito attentamente venerado e obrigado

Ajuda 6 de Junho de 1881

(ASSINADO:) Ignacio de Vilhena Barboza

Documento 191 (AMAP C-172)

1881 Jun. 6, MINUTA

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor

Recebi a estimavel carta de Vossa Excellencia <datada de 6 do corrente mez>² na qual relata como tem procedido quanto aos objectos que levou da Collegiada de Nossa Senhora da Oliveira para figurarem na exposição de Londres, carta que apresentei ao reverendissimo cabido a que tenho a honra de presidir, e elle me encarrega de dizer a Vossa Excellencia que approva plenamente o seu procedimento, que tanto revela zelo e inteligencia, e que aprecia devidamente esses serviços, a que sempre será reconhecido.

Sou com muita consideração³

De Vossa Excellencia

Attentamente venerado e obrigado

Guimarães 10 de Junho de 1881

Jose Leite Pereira da Costa Bernardes

² Palavra entrelinhada.

³ No início da frase tem a seguintes palavras riscadas: «Penso e sinto como o cabido, e»

Documento 192 (AMAP C-172)

1881 Jun. 27, ORIGINAL

Ilustrissimo e Reverendissimo Senhor

Pela carta, que por copia vae inclusa, do encarregado de colligir os objectos para a exposiçãõ de Londres Ignacio de Vilhena Barbosa terá Vossa Senhoria Illustrissima conhecimento das cantellas que tem havido com os mesmos objectos, e pela portaria que tambem vae por copia torna-se necessario, que nos seja enviada a relação pedida, para que possamos dar cumprimento à mencionada portaria.

Deus guarde a Vossa Senhoria Reverendissima. Paço de Braga, 27 de Junho de 1881.

Ilustrissimo e reverendissimo Senhor Presidente, Dignidades e
Cabido da Insigne e Real Collegiada de Nossa Senhora da Oliveira
Cidade de Guimaraes

(ASSINADO:) João Arcebispo Primaz

Documento 193 (AMAP C-172)

1881 Jun. 27, CÓPIA

Copia

Secretaria de Estado dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça. Direcção Geral dos Negocios Ecclesiasticos. Segunda Repartição. Convindo que na Secretaria de Estado dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça haja exacta noticia do que era conformidade das Portarias de doze e dezenove de Abril ultimo, foi colligido nos differentes Bispados para figurar na exposiçãõ de arte ornamental, que vae realizar-se em Londres. Quer sua Magestade El Rei que o Reverendo Arcebispo Primaz de Braga envie a sobredita secretaria de Estado uma relação de todos os objectos que, pretencendo ao thesouro da Sé Cathedral e aos conventos ou outras corporações religiosas da sua diocese, houveram sido entregues para aquelle fim à Commissão encarregada de organizar a representaçãõ de Portugal na referida exposiçãõ, ou as pessoas auctorizadas para recebê-las; devendo declarar-se na mesma occasiãõ quaes as condições e cautelas com que se verificou a entrega. Paço, em vinte e cinco de Maio de mil oitocentos e oitenta e um.

Antonio Jose de Barros e Sá

Esta conforme. Paço de Braga, 27 de Junho de 1881

Documento 194 (AMAP C-172)**1881 Jun. 27, CÓPIA**

Copia

Excelentissimo Senhor Arcebispo Primaz. Tratando a Commissão, de que sou membro, de segurar objectos destinados à exposição de Londres, encontrou nas companhias de seguros recusa formal de segurarem quaesquer obras de ourivesaria por valor superior ao intrinseco. Em taes circumstancias entendeu a commissão que não devia expor aos perigos do mar sobretudo na volta já em Outono adiantado, os objectos de grande valor estimativo, quer pelos primores artisticos, quer pelas tradições historicas, que foram confiados ao seu zelo e cuidado. Quando cheguei a Lisboa já tinha sido tomada esta resolução e já estavam encaixotados promptos para partir os objectos, que a commissão entendeu poder enviar para Londres seguros apenas no valor intrinseco. Ainda assim são perto de duzentos os objectos expedidos, entre os quaes vão obras de ourivesaria de bastante belleza e primor artistico, pertencentes outrora aos extinctos conventos de religiosos, e que ao presente fazem parte do museu de productos d'arte da Academia Real das Bellas Artes de Lisboa. Se a Commissão não tivesse deliberado d'aquella maneira, eu não teria consentido que fossem correr perigo de se perderem, apenas seguros no valor intrinseco, tantos objectos preciosos, que colligi n'essa cidade Porto e Guimarães, de subido valor artistico e de grande apreço historico. Parece-me que Vossa Excellencia e as Corporações e pessoas particulares, a quem pertencem esse (*sic*) objectos, não desapprovarão estas minhas idéas e a resolução tomada, que vos foi ditada pelo nosso zelo na salva-guarda dos valores, que nos foram confiados. Portanto os objectos pertencentes à Mitra e ao Cabbido da Se Primacial de Braga, e que hão-de figurar na exposição, que se há-de realizar em Lisboa no próximo Outonno, estão depositados, em armarios de vidraças na sala do Museu da Academia, a que acima me referi, que é uma casa forte, à prova de fogo, e com todas as condições de segurança. Sou com a maior consideração e estima de Vossa Excellencia grande respeitador, affectuoso e obrigadissimo servo Ignacio de Vilhena Barbosa. Lisbõa, Calçada e Ajuda doze, vinte e quatro de Junho de mil oitocentos e oitenta e um.

Esta conforme. Paço de Braga 27 de Junho de 1881

(ASSINADO:) João Fernandes Cruz

Documento 195 (AMAP C-172)**Sem data, MINUTA**

Tenho a destinta honra de acusar a recepção do officio de Vossa Excellencia de 26 etc. em que

remette por copia uma Portaria de ...⁴ e uma carta do Senhor Vilhena Barboza⁵.

O Cabido desta Insigne Colleeada soube com muita satisfação a resolução da Comissão Archiologica do collegir os objectos d´arte para a expusição de Londres e do cuidado e zelo que tem tomado pela sua conservação e segurança.

Os os (*sic*) objectos pertencentes a esta Insigne Colleeada escolhidos pelo Commissario do Governo o Senhor Vilhena Barboza, como dignos de fazerem parte, ou irem à expusição de Londres foram dois calis, uma custodia e uma cruz processional.

Estes <objectos>⁶ foram entregues ao Senhor Vilhena Barboza em virtude dos poderes que apresentou a esta Corpuração, o qual passou um recibo do theor seguinte⁷

Documento 196 (AMAP C-172)

1881 Jun. 30, MINUTA

Excellentissimo e Reverendissimo Senhor

Acuso a recepção da Portaria de Vossa Excellencia datada de 27 do corrente mez e com ella copia da portaria do governo com data de 25 de Maio proximo findo, e o Cabido a que tenho a honra de presidir encarrega-me de dizer a Vossa Excellencia que agradece a participação do zelo e inteligencia que o encarregado de collegir os objectos para a expozição de Londres, empregou para a conservação dos que levou da Colleeada de Nossa Senhora da Oliveira d´esta cidade e que para satisfazer à mencionada portaria do governo o Cabido exegio do dito encarregado que lhe passasse recibo dos objectos que levou declarando n´elle os principaes caracteristicos de cada um desses objectos ao que elle satisfez plenamente como se vê do escrito que em copia remetto.

Deus guarde Vossa Excellencia por muitos annos

Guimarães 30 de Junho de 1881

Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Arcebispo Primaz

Jose Leite Pereira da Costa Bernardes⁸

Thezoureiro Mor

⁴ Espaço em branco no próprio documento para preenchimento futuro.

⁵ Minuta de documento em papel pautado com marca releva no canto superior esquerdo, no interior de uma cartela de forma rectangular: «BATH».

⁶ Palavra entrelinhada.

⁷ O documento é interrompido aqui e não tem continuação.

⁸ Na parte superior do nome tinha escrito a palavra «O Presidente», que foi riscada com dois traços paralelos.

Documento 197 (AMAP C-172)**1881 Jul. 4, CARTA CIRCULAR IMPRESSA**

Excellentissimo e Reverendissimo Senhor⁹

A comissão encarregada de promover a representação de Portugal na actual exposição de arte ornamental no Museu Kensington de Londres, informada do muito que Vossa Excellencia se empenhou em auxiliá-la no encargo de que foi incumbida, agradece a Vossa Excellencia com o mais profundo reconhecimento a sua valiosa coadjuvação. Cumpre-lhe mais informar a Vossa Excellencia de que tanto as obras de arte que foram enviadas para Londres, como aquellas que por serem de mais valor se não expozeram ao risco do mar e hoje se guardam na casa forte da Academia Real de Bellas Artes, deverão figurar na grande exposição retrospectiva da arte ornamental que em conformidade com o decreto de 22 de Junho de 1881, publicado no Diário do Governo de 25 do mesmo mez, se ha-de effectuar em Lisboa no Museu Nacional de Bellas Artes desde o mez de Novembro d'este anno até aos fins de Janeiro de 1882.

A restituição dos objectos emprestados effectuar-se-ha logo depois de terminada esta exposição.

Deus Guarde a Vossa Excellencia. Lisboa e Academia Real de Bellas Artes, 4 de Julho de 1881.

Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Presidente do Cabido da Collegiada de Guimarães¹⁰.

Delfim Deodato Guedes, Presidente

Antonio Thomaz da Fonseca

Ignacio de Vilhena Barbosa

Augusto Carlos Teixeira d'Aragão

Jose Luiz Monteiro

F. M. de Souza Viterbo

Augusto Filippe Simões, secretario

⁹ Apenas esta entrada e o endereço junto ao final da missiva, estão escritos à mão. Todo o resto do documento está impresso a preto, em letra itálica.

¹⁰ Endereço manuscrito.

Documento 198 (AMAP C-172)**1881 Jul. 11, MINUTA**

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor¹¹

Accuso a recepção do <officio> ¹² de Vossas Excellencias, datada do 1º do corrente mez, e o cabido da Insigne e Real Collegiada de Nossa Senhora da Oliveira, desta cidade, a que tenho a honra de presidir, me encarrega de dizer a Vossas Excellencias que fica certo do modo como procederam quanto aos objectos que pertencem a esta Collegiada, e que tem ainda de figurar na exposição de Lisboa, no que vê o zelo e a intelligencia que eram de esperar de tam illustrada e digna commissão e que conhece a importancia dos serviços que Vossas Excellencias lhe tem prestado, serviços que elle agradece, e que jamais apagará da lembrança.

Deus Guarde a Vossas Excellencias. Guimarães 11 de Julho de 1881¹³

Illustrissimos Senhores

Delfim Deodato Guedes, presidente e membros da comissão nomeada para organizar a representação de Portugal em Londres¹⁴.

Jose Leite Pereira da Costa Bernardes

Documento 199 (AMAP C-172)**1881 Jul. 11, MINUTA**

Acuso a recepção do <officio>¹⁵ de Vossas Excellencias, datada (*sic*) do 1º do corrente mez, e o Cabido da Insigne e Real Collegiada de Nossa Senhora da Oliveira, desta cidade, a que tenho a honra de presidir, me encarrega de dizer a Vossas Excellencias que fica certo do modo como procederam quanto aos objectos que pertencem a esta Collegiada, e que tem ainda de figurar

¹¹ Minuta de documento em papel pautado com marca «BATH» relevada no canto superior esquerdo, no interior de uma cartela de forma rectangular.

¹² No documento esta palavra está sobre uma outra riscada que refere: «da estimável carta».

¹³ Por cima e por baixo desta frase encontramos riscado a seguinte nota: «Sou com muita consideração De Vossas Excellencias Attentamente venerado e creado».

¹⁴ Endereço escrito por outra mão.

¹⁵ Esta palavra está escrita sobre a seguinte rasura: «da estimável carta».

na exposição de Lisboa, no que vê o zelo e a inteligência que eram de esperar de tam illustrada e digna comissão; e que conhece a importancia dos serviços que Vossas Excellencias lhe tem prestado serviços que elle agradece, e que jamais apagará da lembrança.

Deus Guarde Vossas Excellencias. Guimarães, 11 de Julho de 1881

Illustrissimos e Excellentissimos Senhores Delfim Deodato Guedes,
Presidente e membros da Commissão nomeada
para organizar a representação de Portugal em Londres.

Documento 200 (AMAP C-172)

1881 Jul. 21, ORIGINAL

Excellentissimo e Reverendissimo Senhor

Julgamos do nosso dever dar a Vossa Senhoria copia authentica da Regia Portaria com data de 18 do corrente mez de Julho para todos os efeitos.

Deus Guarde a Vossa Senhoria. Paço de Braga 21 de Julho de 1881.

Illustrissimo e Reverendissimo Senhor Presidente da Insigne e Real Collegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães

(ASSINADO:) João Arcebispo Primaz

Documento 201 (AMAP C-172)

1881 Jul. 26, CÓPIA AUTENTICA

Secretaria de Estado dos Negocios Eclesiásticos e de Justiça. Direcção Geral dos Negocios Eclesiasticos. Segunda Repartição. Devendo realizar-se no Museu Nacional de Bellas Artes em Lisboa durante o mez de Novembro do anno corrente uma exposição de exemplares de arte ornamental decorativa de origem hespanhola e portugueza como foi resolvido por decreto de vinte e dois de Junho ultimo, publicado no Diário do Governo numero cento e trinta e nove; tendo sido eleita pela Commissão Central Directora dos trabalhos para aquella exposição uma commissão executiva composta dos senhores Delfim Deodato Guedes, Inspector da Academia Real de Bellas Artes – Antonio Thomaz da Fonseca Director da mesma Academia – Ignacio de Vilhena Barboza e Augusto Carlos Teixeira d’Aragão, socios da Academia Real das Sciencias, - Jose Luiz Monteiro, Architecto, - Doutor Augusto Philippe Simões, lente substituto da Universidade de

Coimbra, - Alfredo de Andrade e Francisco Marques de Sousa Viterbo, - e havendo representado o presidente d' esta Commissão que ella, para bem se desempenhar do seu cargo, julga necessario que sejam renovadas e se tornem extensivas àquella exposição as providencias recommendadas nas portarias de doze e dezanove de Abril d' este anno com referencia à exposição de Londres, por isso que não chegaram a ser visitados por falta de tempo alguns Thesouros de Ses Cathedraes e Conventos de Religiosas, e em outros que foram e d' onde vieram algumas obras de arte poderão existir objectos, que não tendo sido emprestados para a exposição de Londres poderão sel-o talvez para a de Lisboa: Manda Sua Magestade El-Rei levar o exposto ao conhecimento do Reverendo Arcebispo Primaz de Braga, para que, a respeito da sua Diocese haja de providenciar como julgar convenientemente, de modo que os membros da sobredita Commissão, com as pessoas que os acompanharem visitando de novo o Thesouro da Se Cathedral, e os Conventos da mesma Diocese possam escolher e trazer para a Academia Real das Bellas Artes mediante os competentes recibos e com as devidas cautellas, quaesquer exemplares que pelo seu merecimento forem julgados dignos de figurarem na alludida exposição, convindo que oportunamente seja enviada à Secretaria de Estado dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça uma relação dos objectos que forem entregues para o fim referido. Paço em dezoito de Julho de mil oitocentos oitenta e um. Antonio Jose de Barroso Sá.

Está conforme. Paço de Braga, 26 de Julho de 1881.

(ASSINADO:) O Secretario do Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Arcebispo Primaz - Padre Alfredo Elviro dos Santos¹⁶.

Documento 202 (AMAP C-172)

1881 Ago. 3, MINUTA

Excellentissimo e Reverendissimo Senhor

Accuso a recepção da portaria de Vossa Excellencia datada de 27 de Julho proximo findo, e de copia da Portaria do Governo datada de 18 do dito mez.

Os membros da commissão executiva encarregados de designar objectos de valor artistico e historico para figurarem na exposição de Lisboa, ainda não apresentaram n' esta Collegiada de Nossa Senhora d' Oliveira e em tempo opportuno participarei a Vossa Excelência o cumprimento das referidas portarias.

Deus guarde Vossa Excellencia. Guimarães 3 de Agosto de 1881.

Excellentissimo e Reverendissimo Arcebispo Primaz

¹⁶ Frase escrita por outra mão.

Documento 203 (AMAP C-172)

1881 Out. 11, MINUTA

Excellentissimo e Illustrissimo Senhor

Tenho a honra de participar a Vossa Excellencia que um dos encarregados de collegir exemplares d´arte ornamental e decorativa para a exposição em Lisboa, levou da Collegiada de Nossa Senhora d´Oliveira, d´esta cidade os objectos constantes dos recibos que por copia remetto.

Vossa Excellencia mandou para todos os effeitos copia da portaria do Governo de 18 de Julho <do corrente anno>¹⁷ e o Cabido julga ter satisfeito plenamente.

Deus guarde Vossa Excellencia. Guimarães 11 de Outubro de 1881.

Excellentissimo e Illustrissimo Senhor Arcebispo Primaz

Jose Leite Pereira da Costa Bernardes

Thezoureiro Mor

¹⁷ Frase escrita sobre a data riscada: «de 1881».

FONTES DE INFORMAÇÃO

Bibliografia

BASTOS, SOUSA, 2008

Celina Bastos, Conceição Borges de Sousa - *Museografias*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 2008.

CATÁLOGO, 1882

Catálogo Ilustrado da Exposição *Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola*. Lisboa: imprensa Nacional, 1882.

COSTA, 1979

António Domingues de Sousa Costa – Colegiadas. In *Dicionário de História de Portugal*. Dir. Joel Serrão. Porto: Livraria Figueirinhas, 1979. Vol.2, p. 99-100.

DECLARAÇÃO, 2006

Declaração de rectificação nº 62/2006. *DR I série*, 179 (2006-9-15) 6810-6826.

DECRETO-LEI, 1921

Decreto-lei nº 7623. *DG I série*, 155 (1921-7-30).

DECRETO-LEI, 2006

Decreto-lei nº 19/2006. *DR I série*, 137 (2006-7-18) 4992-5012.

DICIONÁRIO, 2000

Dicionário de História Religiosa de Portugal. Dir. Carlos Moreira de Azevedo Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

FERREIRA, 2007

Emília Ferreira – Expor para salvaguardar: a importância da Exposição de Arte Ornamental para a história do restauro e da conservação do património móvel em Portugal. In *40 anos do Instituto José de Figueiredo*. [Lisboa]: Rui Ferreira da Silva, Nazaré Escobar, Alexandre Pais, 2007. P. 41-55.

FRANÇA, 1981

José Augusto França – *A Arte em Portugal no século XIX*. 2ª Edição. Lisboa: Livraria Bertrand, 1981. 2 vol.

GUIMARÃES, 1995

Guimarães do Passado e do Presente. Org. Joaquim Fernandes. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães; Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.

MOSCOSO, 2005

Patrícia Moscoso – *O Tesouro da Colegiada de Guimarães: um Museu*. Porto, 2005
Trabalho apresentado ao Curso de Museologia da Universidade do Porto.

OCIDENTE, 1877-1888

Occidente: revista ilustrada de Portugal e do Estrangeiro. Lisboa. Ano 4 1881-Ano 6 (1883).

OLIVEIRA, 1963

Manuel Alves de Oliveira – A resistência do Cabido à incorporação do Arquivo da Real Colegiada de Guimarães na Torre do Tombo. *Boletim de Trabalhos Históricos*. Vol. 23 (1963), p. 1-26.

OLIVEIRA, 1978

Manuel Alves de Oliveira – *História da Real Colegiada de Guimarães*. Guimarães: Edição de autor, 1978. P. 119-120

PORFÍRIO, 2005

José Luís Porfírio – *Introdução. Pintura europeia: Roteiro: Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa: Instituto Português do Património Cultural, 2005. p. 10-35

RODRIGUES, 2000

Ana Maria Rodrigues – Colegiadas. In *Dicionário da História Religiosa de Portugal*. Dir Carlos Moreira de Azevedo. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000. P. 399-402.

SANTOS, SILVA 1998

Manuela de Alcântara Santos, Nuno Vassalo e Silva – *A coleção de ourivesaria do Museu de Alberto Sampaio*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1998.

ROSAS; PEREIRA, 1991

Lúcia Maria Cardoso Rosas, Maria da Conceição Meireles Pereira – Arte e nacionalidade: uma proposta de Yriarte a propósito da Exposição de Arte Ornamental Portuguesa e Espanhola de 1882. *Revista da Faculdade de Letras*. História. Porto: Faculdade de Letras. 2ª Série, vol. 8 (1991), p. 327-338.

SANTOS, 2005

Manuela Alcântara Santos – De “tesouro” a Museu. In *Museu de Alberto Sampaio: roteiro*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2005.






VIEIRA, 1886


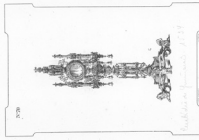

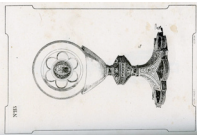


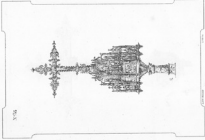


José Augusto Vieira – *Minho Pitoresco*. Lisboa: Livraria de António Maria Pereira, 1886


Documentos

Colegiada nº 101-200. Cartas de Reis 13b. Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, C 172

Peças de Guimarães que figuraram na Exposição de Arte Ornamental de 1882

Designação	Proprietário	Data	Referência antiga Catálogo 1882	Referência actual Nº inventário	Imagem do catálogo de 1882	Imagem actual
1. Cálice de prata dourada.	Confraria das Almas de Santa Marinha da Costa	Século XII	Sala M, cat. nº 29, p. 4	MAS O 35	Sem imagem no catálogo de 1882	
2. Patena do cálice de prata dourada	Confraria das Almas de Santa Marinha da Costa	Século XII	Sala M, cat. nº 30, p. 4	MAS O 40	Sem imagem no catálogo de 1882	
3. Cruz processional em prata	Colegiada de Guimarães	Século XV	Sala M, cat. nº 33, p.4	Mas O 19	Sem imagem no catálogo de 1882	
4. Cálice de prata dourada	Colegiada de Guimarães	Século XVI	Sala M, cat. nº 38; cat. p. 5	MAS O 44	Sem imagem no catálogo de 1882	
5. Cofre forrado a folha de prata com ornatos rebatidos e dourados, representando folhagens e flores	Colegiada de Guimarães	Século XV	Sala M, cat. nº 40, p. 5	MAS O 42	Sem imagem no catálogo de 1882	

6.	Custódia de prata dourada	Colegiada de Guimarães	Século XVI	Sala M, cat. nº 108, p. 14-15; fig. 70	MAS O 6			
7.	Cálice de prata dourada e esmaltada, com sua patena.	Colegiada de Guimarães	Século XIII	Sala M, cat. nº 183, p. 23	Cálice MAS O 38 Patena MAS O 39			
8.	Tinteiro de prata	Câmara Municipal de Guimarães	Século XVI	Sala M, cat. nº 208; p. 26	MAS OD 12 MAS OD 13 MAS OD 14		Sem imagem no catálogo de 1882	
9.	Cruz processional de prata.	Colegiada de Guimarães	Século XVI	Sala M, cat. nº 238, p. 29; fig. 58	MAS O 43			
10.	Tríptico de prata dourada	Colegiada de Guimarães	Século XV-XIV	Sala M, cat. nº 240, p. 29-30; fig. 117	MAS O 52			
11.	Fruteiro circular de prata rebatida. Decorada com a fuga para Egipto	Sr. João de Castro Sampaio	Século XVII	Sala N, cat. nº 356, p. 42				Localização actual desconhecida

12.	Custódia de prata dourada	Ordem Terceira de S. Francisco	Século XVII	Sala N, cat. nº 358, p. 42	Sem imagem no catálogo de 1882	
13.	Chaleira de prata com trempe e lâmpada	Sr. João de Castro Sampaio	—	Sala O, cat. nº 531, p. 59	Sem imagem no catálogo de 1882	<i>Localização actual desconhecida</i>
14.	Salva de prata redonda decorada com uma águia	Conde de Vila Pouca	Século XVII	Sala D, cat. nº 1, p. 321	Sem imagem no catálogo de 1882	<i>Localização actual desconhecida</i>
15.	Jarro de prata decorado com festões de flores e conchas	Conde de Vila Pouca	Séc. XVIII	Sala D, cat. nº 78, p. 327	Sem imagem no catálogo de 1882	<i>Localização actual desconhecida</i>